



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA PORTARIA Nº 12, DE 02 DE ABRIL DE 2019 DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG.

Publicado no quadro de avisos da Câmara em
10/14/2019, às 16:00 horas, e
registrado em livro próprio às folhas 291
Sob o nº 35/2019
Servidor Responsável

PARECER DO RELATOR DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA PORTARIA Nº 12, DE 2 DE ABRIL DE 2019, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG, A CERCA DO PROJETO DE LEI Nº 01/2019, DE AUTORIA DO VEREADOR ZÉ LÚCIO, ***“QUE CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA BONFINOPOLITANA AO SENHOR JOSÉ SILVA SOARES.”***¹

1 – RELATÓRIO

Trata-se do **Projeto de Lei nº 01/2019**, de iniciativa do Excelentíssimo Vereador Zé Lúcio, que ***“Concede Título de Cidadania Honorária Bonfinopolitana ao senhor José Silva Soares.”***²

O Projeto de Lei foi protocolado no dia 18 de março de 2019, foi devidamente instruído e distribuído a presente Comissão, da qual fui designado para funcionar como Relator.

É o relatório.

2 – VOTO

Inicialmente destacamos que, no que diz respeito a legalidade formal do presente projeto, o mesmo não apresenta vícios, posto que a lei ordinária é o ato normativo aquedado para tratar sobre tal matéria.

Quanto a iniciativa legal o mesmo se mantém coerente e em consonância com os dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à

¹ Epígrafe do Projeto de Lei 01/2019.

² Epígrafe do Projeto de Lei 01/2019.

DALA



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

iniciativa, uma vez que o mesmo atende o disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que confere aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, senão, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - (...);³

Esses ditames que estão normatizados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vão ao encontro com o disposto no artigo 8º, inciso I da Lei Orgânica Municipal, que também estabelece ser de competência do Município legislar sobre matéria de interesse local.

Ademais, ainda no que se refere à iniciativa legal, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas confere aos Vereadores a competência para propor Projeto de Lei, ressalvados os casos de competência privativa e exclusiva do Poder Executivo e as hipóteses de competência da Mesa Diretora, senão vejamos:

Art. 169. A iniciativa de projeto, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, cabe:

I - a Vereador, podendo ser individual ou coletiva, considerando-se autores, neste caso, os subscritores;

IV - (...).⁴

O objetivo da presente proposição é conceder o Título de Cidadania Honorária Bonfinopolitana ao senhor José Silva Soares. Tal honraria está prevista na Lei Municipal nº1.132, de 12 de dezembro de 2014, em seu artigo 2º, o qual estabelece que será concedido Título de Cidadania Honorária Bonfinopolitana aos cidadãos

³ Artigo 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁴ Inciso I, do artigo 169, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas – MG.

DALA



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

tenham prestado relevantes e altruísticos serviços ao Município, bem como contribuído para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida da população.

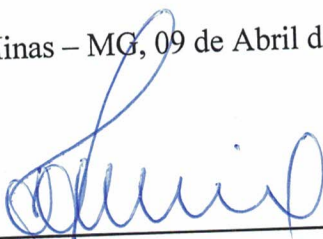
Ademais, destacamos que a concessão de títulos honoríficos depende da aprovação, por 2/3, dos membros do Poder Legislativo municipal, conforme inteligência do inciso XX do artigo 26 da Lei Orgânica do Município de Bonfinópolis de Minas.

Após a análise literal da proposta legislativa em pauta, constatou-se que a mesma obedece os ditames da Lei Complementar nº 95/98. Ressalta-se ainda que a proposição em análise está redigida em termos objetivos, claros e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito pelo seu autor. Por fim, vale ressaltar que, em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo, estando devidamente estruturado.

3 – PARECER

Por todo o exposto, tendo em vista que o Projeto de Lei encontra-se de acordo com os dispositivos legais mencionados e estando devidamente obedecidas a competência em razão da matéria e a iniciativa legal, mostrando-se formal e materialmente constitucional, e, ainda, primando pela **BOA e CONCISA** técnica legislativa, **somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 01/2019**, nos termos em que foi proposto.

Bonfinópolis de Minas – MG, 09 de Abril de 2019.



ZEZINHO DESPACHANTE
RELATOR

 CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES DESPACHO Aprovado (X) Rejeitado () o voto do relator em único turno por (2) votos favoráveis (-) votos contrários e (-) abstenções. Sala de Comissões <u>9 / 4 / 2019</u>  PRESIDENTE DA COMISSÃO

 CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES DESPACHO Dou por concluso nesta comissão nos termos do Art. 105. XX, da Resolução 136, de 03/01/2007 e apresenta processo legislativo. Subam os autos à Mesa Diretora. Sala das Comissões <u>9 / 4 / 2019</u>  PRESIDENTE DA COMISSÃO DALA
--